

Os disciplinamentos dos sujeitos no campo escolar e a qualidade na educação

Rogério Rodrigues

Mestre e doutor em educação pela Universidade Estadual de Campinas e Pós Doutor em Filosofia da Educação (USP). Professor titular da Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar a proposição de disciplinamentos dos sujeitos no campo escolar. para tanto, parte-se da análise da adequação do sujeito às formas de disciplinas, se esta condiz com a racionalidade técnica para a melhoria da qualidade na educação. para analisar essa questão referente ao disciplinamento dos sujeitos no campo escolar, a metodologia utilizada encontra-se no âmbito da filosofia da educação. concluiu-se que a qualidade na educação referente ao processo formativo do sujeito se apresenta na grande dificuldade da inserção do sujeito na cultura escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia da Educação; Educação; Disciplina; Prática Educativa.

ABSTRACT: The objective of this article is to analyze the proposal of subjects' discipline in the school field. to this end, we start from the analysis of the subject's suitability to the forms of subjects, if this is consistent with the technical rationality for the improvement of quality in education. to analyze this issue regarding the discipline of subjects in the school field, the methodology used is within the philosophy of education. it was concluded that the quality in education regarding the formative process of the subject is presented in the great difficulty of the insertion of the subject in the school culture.

KEYWORDS: Philosophy of Education; Education; Discipline; Educational Practice.

A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO PÚBLICA *VERSUS* A APLICAÇÃO DE VERBAS EM SALÁRIO E INFRA-ESTRUTURA

Parte-se do pressuposto de que toda política pública para se efetivar no sentido de enfrentar os problemas da sociedade deveria passar por um amplo debate por todos os envolvidos nas diversas questões necessárias, no sentido de aprimorar o atendimento de determinada demanda social. Essa condição de diálogo é algo que está diretamente relacionado à forma de ação do governo democrático, na definição das ações e prioridades em termos de políticas públicas.

No caso específico relacionado às demandas da população para o governo, no campo educacional, é algo que está diretamente relacionado a diversos problemas que podemos dividir, basicamente, da seguinte maneira: de um lado, aqueles relacionados à aprendizagem da população escolar e, do outro lado, o alto

índice de evasão escolar. Ambas as questões requerem uma atitude do Ministério da Educação, no sentido de implementar ações que garantam a permanência do aluno na escola e que possam também inseri-lo no campo da cultura escolar.

Em relação à primeira demanda, podemos observar, através de dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC), em que se declara que os alunos do “Segundo e quarto anos têm pior alfabetização e mais defasagem” (BRASIL, 2019b), um problema no processo de escolarização, em que se rompe a transmissão da cultura escolar.

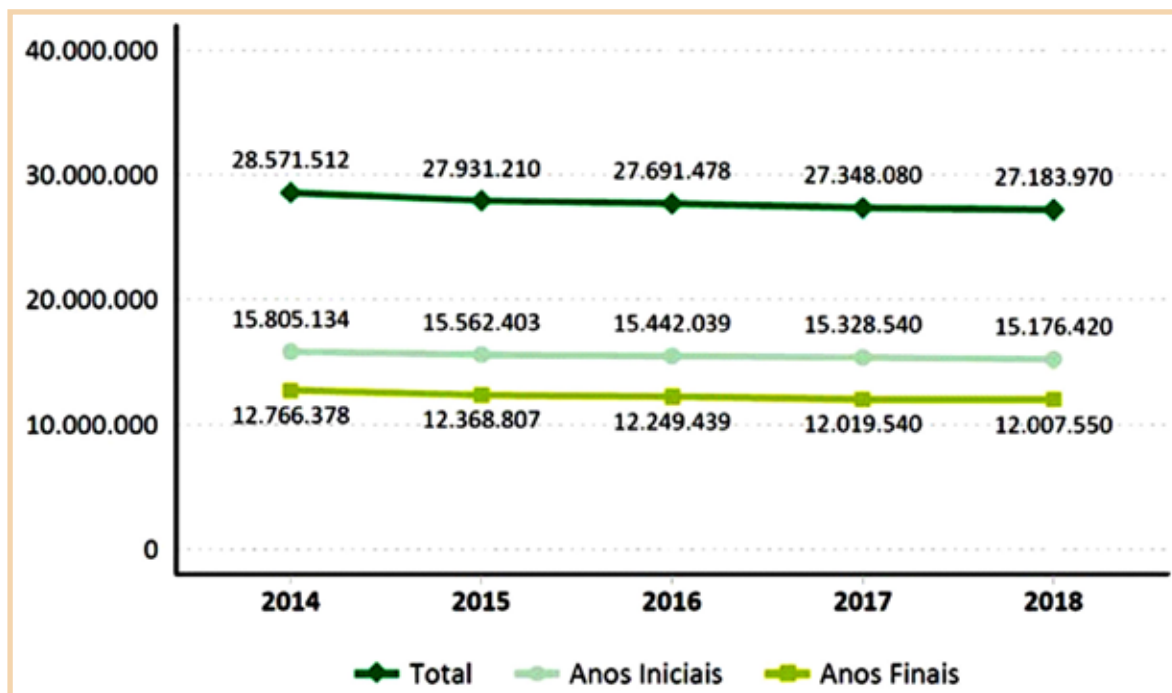
Já em relação à segunda demanda pode-se constatar problemas de evasão escolar, ao analisar os próprios dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pois, o sistema de ensino no Brasil, ainda se mantém numa estrutura amplamente excludente, uma vez que se pode observar, no gráfico a seguir, uma diminuição na quantidade de matrículas na educação



básica no ensino fundamental, entre os anos iniciais e os anos finais desta etapa da escolarização. Isso pode se destacar no gráfico como elemento da exclusão dos sujeitos no processo de escolarização,

pois grande parte dos alunos do ensino fundamental não se matricula no ensino médio, o que sugere outros destinos em suas vidas.

Quadro 1: Matrículas no ensino fundamental – Brasil – 2014 a 2018



Fonte: INEP, 2019a, p. 21

Quadro 2: Diferença entre os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental

INFORMAÇÃO	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	DIFERENÇA
2014	15.805.134	12.766.378	3.038.756
2015	15.562.403	12.368.807	3.193.596
2016	15.442.039	12.249.439	3.193.600
2017	15.328.540	12.019.540	3.309.000
2018	15.176.420	12.007.550	3.168.870

Fonte: Autor, a partir dos dados do INEP, 2019a, p. 21.

Diante desses números apresentados no gráfico e na tabela acima, pode-se constatar que já ocorre uma diminuição acentuada entre aqueles que entram e concluem o ensino fundamental. Neste contexto, chama atenção a declaração em termos de gestão pública, que refere à intenção do atual representante do Governo Federal de melhorar a qualidade na educação, por meio da instalação pontual dos colégios militares como modelo de ensino para atender a população escolar civil.

A partir do que foi exposto perante o problema escolar, o objetivo deste ensaio é colocar em discussão a proposição da militarização da escola pública no disciplinamento dos sujeitos no campo escolar como proposta da gestão em melhorar a qualidade na educação básica (BRASIL, 2020).

Esse planejamento de melhoria na qualidade da educação básica, na proposição da militarização da unidade de ensino, encontra-se presente no Ministério da Educação, o qual seria a instalação do modelo dos colégios militares ou algo similar a esse funcionamento no campo das escolas públicas (RÔMANY, 2019). A referida proposição foi anunciada pelo governo no site oficial, em que:

O Ministério da Educação (MEC) tem o plano de implantar 108 novas escolas cívico-militares no país até 2023. O projeto, que faz parte do Compromisso Nacional pela Educação Básica, visa um avanço na qualidade educacional com base no sucesso já observado nas escolas militares funcionamento no Brasil — as instituições têm Índice de Desenvolvimento de Educação Básica

superior ao das civis — 6,99, ante 4,94 (MARQUES, 2019).

Considera-se que tal declaração apresenta-se como verdadeiro paradoxo em dois pontos básicos, primeiramente, que todo colégio militar no Brasil é também uma escola pública; o segundo ponto seria levar em consideração a grande diferença de orçamento e estrutura entre o colégio militar e a escola pública comum a todos os brasileiros.

Neste caso, referente ao primeiro ponto, a contradição se apresenta, uma vez que, tanto o colégio militar como a escola pública comum são financiados com recursos públicos provindos dos impostos, portanto, a questão da qualidade passa diretamente por uma questão de gestão dos recursos orçamentários disponíveis para toda logística de funcionamento do aparelho escolar, e não na forma de disciplinamento dos alunos.

Em relação ao segundo ponto, torna-se de fundamental a importância de destacar, que a dimensão da diferença entre o colégio militar e a escola pública comum é da ordem de três vezes, ou seja, “Estudante de colégio militar custa três vezes mais que o da rede pública” (CAFARDO, 2019). A nossa compreensão é que são esses fatores de diferença orçamentária que determinam a qualidade na educação pública versus a aplicação de verbas em salário e infraestrutura.

A tese do modelo de colégio militar como modelo de gestão para a escola pública comum se sustenta a partir da questão de que a melhoria na qualidade da educação estaria dire-

tamente relacionada com as formas de disciplinamento dos sujeitos no campo da cultura escolar. Entretanto, a nossa posição sobre essa questão central seria o enfrentamento, em termo de gestão pública, numa melhor e efetiva distribuição de recursos orçamentários para educação básica.

A aplicação desse recurso, principalmente, no pagamento de salários atrativos para o exercício da atividade docente, promove a resignificação do campo escolar como espaço comprometido com a transmissão da cultura escolar. Apresenta-se a tese de que o valor do salário pago ao profissional da educação ou a qualquer outro trabalhador possui a função simbólica de valorizar a atividade do trabalho realizado. Entretanto, não se deixa de dizer também que o baixo salário não pode corresponder à atividade de trabalho precária. O efeito do baixo salário é produzir a desqualificação na posição ocupada pelo sujeito e afasta, do referido espaço, sujeitos comprometidos com a atividade do trabalho.

Essa questão do valor do salário pago aos trabalhadores da educação deveria ser o foco da atenção em termos de política pública. O que se pode observar é que ocorre uma grande exigência por parte dos instrumentos avaliativos como elementos indicadores de qualidade.

Esses instrumentos avaliativos indicam que os alunos matriculados nas escolas públicas da educação básica apresentam uma estagnação ou perda de qualidade, e isso é atribuído como uma decorrência da completa falta de disciplina no interior das instituições

escolares. O baixo resultado dos estudantes pode ser observado, pois

O desempenho dos alunos no Brasil está abaixo da média dos alunos em países da OCDE em ciências (401 pontos, comparados à média de 493 pontos), em leitura (407 pontos, comparados à média de 493 pontos) e em matemática (377 pontos, comparados à média de 490 pontos). (BRASIL, 2019c).

Esse problema de desempenho dos alunos no que se refere à perda da qualidade na educação básica na escola pública se evidencia também no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que indica que as metas estabelecidas não são alcançadas em diversas instituições de ensino:

No ensino médio, nenhum estado atingiu a meta do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) 2017. Além disso, cinco estados brasileiros apresentaram redução no valor do índice. Os dados do Ideb foram apresentados nesta segunda-feira, 3, pelo Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), durante coletiva de imprensa na sede do MEC (BRASIL, 2019a).

Para analisar essa questão do desempenho dos alunos e a evasão escolar, parte-se do pressuposto de que a escola pública tem a característica de ser de todos, mas nem sempre a cultura erudita se distribui como um bem comum a todos e isso pode estar diretamente relacionado com a precarização que se apresenta na transmissão do conhecimento científico no campo

da cultura escolar. Neste sentido, a todo o momento, os gestores buscam encontrar outras estratégias para a melhoria na qualidade da educação (SEM AUTOR, 2019), sem levar em conta as dificuldades e discussão com o público que ali se encontra presente.

Os estudos avaliativos, como por exemplo, o referido indicador do PISA e IDEB podem se constituir numa referência de qualidade na educação e, portanto, elementos que permitem compreender e interpretar como se apresenta os avanços e retrocessos na educação escolar básica.

Avalia-se que a referida estagnação ou perda de qualidade na educação, seja o reflexo do pouco investimento de recursos, e isso é característica específica e principal que separa a educação pública comum do colégio militar, uma vez que esta investe de forma significativa em educação básica em detrimento daquela. Portanto, o modelo de financiamento que sustenta o colégio militar também deveria servir de modelo para o conjunto de todas as escolas públicas, ao invés de focar na simples transferência do modelo de gestão, no disciplinamento do espaço escolar como elemento de qualidade. Desta forma, é preciso apresentar como proposta de melhoria da qualidade da educação pública a equiparação de verbas em salários e na infraestrutura que ali se encontra na formação dos colégios militares para o conjunto das escolas públicas de modo geral. Contudo, o foco da discussão para a melhoria da qualidade na educação escolar se encontra para além da questão das formas de disciplinamentos dos sujeitos no campo da escola.

A INSERÇÃO DO SUJEITO NO CAMPO DA CULTURA ESCOLAR: A QUESTÃO DA DISCIPLINA ENTRE A EMANCIPAÇÃO E EMBRUTECIMENTO

Retoma-se, contudo, a questão da inserção do sujeito no campo da cultura escolar a partir da proposição de que a qualidade da educação pública seria algo relacionado à forma de disciplinamento na condução do processo de ensino, mas deixa de lado a questão da melhoria da educação básica para toda a população escolar, a qual está diretamente relacionada ao investimento de recursos financeiros em educação. Neste contexto, torna-se oportuno compreender em que momento a proposta de disciplinar os sujeitos no interior das instituições de ensino torna-se uma proposta progressista ou retrógrada em relação a melhoria da qualidade na educação?

Para analisar essa questão, recupera-se a proposição que se apresentou anteriormente, a questão da qualidade na educação está diretamente relacionada ao investimento no pagamento de salários atraentes para os trabalhadores da educação e na consolidação de instalações adequadas para as atividades de ensino.

Em relação a questão do disciplinamento no campo escolar, não se pode deixar de lembrar que durante a experiência na graduação, vivencia-se a primeira atividade educativa realizada em prática de ensino numa instituição de educação infantil em que as táticas de controle da turma pode ser uma peça

chave para a transmissão do saber. Foi nesse lugar que se compreendeu o verdadeiro significado da diferença entre a disciplina que emancipa daquela que embrutece os sujeitos.

Aqueles que conduzem o processo de ensino e aprendizagem deveriam compreender que no campo dos mecanismos de disciplinamentos, a contenção dos corpos e mentes pode se apresentar como uma dupla chave de acesso ou impedimento para a formação cultural dos sujeitos. Compreende-se, que neste campo dos disciplinamentos das subjetividades, encontra-se presente uma disputa entre as possíveis relações com o pensamento na busca de interpretação da realidade em que a pergun-

ta básica para aqueles que atuam no campo escolar deveria ser: “Como evitar que as crianças se prendam às semióticas dominantes ao ponto de perder muito cedo toda e qualquer verdadeira liberdade de expressão?” (GUATTARI, p. 50, 1981).

Diante dessa proposição da militarização das escolas públicas, deve-se compreender também como uma semiótica em que as formas de disciplinamentos dos sujeitos no campo escolar definem uma determinada interpretação da realidade.

Para enfrentamento do problema escolar se encontra como modo comum a forma hegemônica de que disciplinamento e obediência são formas perti-



mentes para o funcionamento da unidade escolar. Entretanto, pouco se discute qual seria o objetivo a ser alcançado com a obediência do sujeito em que se estabelece uma separação entre corpo e mente.

No campo dessa separação, estabelece-se um conjunto de formas de disciplinamentos que, por meio do controle dos corpos, busca-se atingir as formas de pensamento, as quais, em última instância, o sujeito se apresenta como objeto passível de ser manipulado.

Encontra-se presentes, no campo da cultura escolar, uma separação entre a prática e teoria e, portanto, muito do que se ensina na escola não se encontra associado com a prática. A dissociação contrária também se encontra presente, ou seja, muito do que se faz na prática é pouco compreendido na teoria. Essa dualidade é representada na tradição cartesiana, em que se separam as coisas do corpo e as coisas da alma. Para Descartes, isso se representa como uma separação que se explica da seguinte maneira:

[...] não se encontrará grande dificuldade, se tomar em conta que tudo o que sentimos existir em nós, e que vemos existir também nos corpos inteiramente inanimados, só deve ser atribuído ao nosso corpo; e, ao contrário, que tudo o que existe em nós, e que não concebemos de modo algum como passível de pertencer a um corpo, deve ser atribuído à nossa alma (DESCARTES, 1974, p. 227-8).

Essa separação, no campo epistemológico, invade também o campo da ciência e possui também os desdobra-

mentos no campo escolar, pois muitas vezes realiza-se práticas educativas sem sentido para os alunos, como o processo de elaborar o conceito no campo da cultura escolar. Isso pode ser vivenciado numa relação de autenticidade com as crianças, e foi isso o que aconteceu numa unidade de ensino de educação infantil. Quando foi aplicado o plano de aula, a atividade educativa nele estabelecido foi totalmente anulada e destruída, pois nenhum aluno se envolveu com as atividades propostas e se rebelaram com suas verdades e com os seus corpos indisciplinados que indicaram que algo estava fora do assunto nas relações entre aquele que ensina e o outro que aprende. Eles saíram correndo para todos os lados do pátio. Foi preciso certo tempo para compreender que a recusa da tarefa possui um significado de resistência à aquilo que se impõe como a verdade do sujeito que o insere no campo escolar.

Atualmente, é muito comum escutar que os alunos da escola pública não aprendem e vão muito mal ao realizarem os exames avaliativos, por serem indisciplinados em suas tarefas escolares. Geralmente, essa falta de condição de aprendizagem dos alunos da escola pública fica relacionada a diversos fatores, e não faltam explicações pedagógicas sobre o fracasso escolar:

[...] “é por causa da falta de motivação”, “porque é filho de pais separados”, “porque é uma criança favelada”, “porque a lousa é preta e não verde”, “porque, no lugar de dar o intervalo no meio, o professor deu no fim da aula”, “porque, no lugar de fazer uma aula de uma hora, fez uma aula de uma hora e meia e as pesqui-

sas psicológicas alertam para o fato de se produzir estafa psíquica depois de uma hora” (LAJONQUIÈRE, 1999, p. 28).

Entretanto, numa posição de governança pautada na austeridade perante o comportamento do sujeito a compreensão sobre a questão do fracasso escolar, fica centralizada em aspectos relacionados a falta de disciplina e, principalmente, nos modos desapropriados em serem sujeitos mal educados. Parte-se do princípio da necessidade de adequação do sujeito perante a fala do professor como uma natureza própria da aprendizagem que se fecha na possibilidade entre aquele que manda e o outro que obedece (CHAUI, 2016). Entretanto, pouco se permite escutar as outras diversas demandas dos educadores e alunos na reflexão referente à falta de sentido do conceito que é transmitido nas atividades escolares.

Pode-se compreender que o baixo desempenho dos alunos pode ocorrer no apagamento da posição do mestre que usa a palavra como forma de transmissão dos conteúdos escolares como elemento de verdade perante a existência dos sujeitos.

Desse modo, a questão da disciplina oscila numa ambivalência que pode, por um lado, instaurar o embrutecimento na obediência cega do sujeito em que apenas é tratado como objeto e modelado para atender interesses do controle social, por outro lado, pode ser algo emancipador, no sentido de relacionar o sujeito perante o pensamento crítico que permite ao mesmo os instrumentos para conduzir proposições para vida coletiva em sociedade.

CONCLUSÃO: A CRÍTICA AO CONCEITO DE QUALIDADE NA EDUCAÇÃO PARA ALÉM DAS FORMAS DE DISCIPLINAMENTO DOS SUJEITOS NO CAMPO ESCOLAR

Quando se entra numa unidade escolar alguns pontos são apontados diretamente para o conceito de qualidade na educação que seria, basicamente, como a proposição pedagógica instaurar uma relação entre teoria e prática em que os sujeitos podem realizar a experiência do pensamento.

Compreende-se ser não condizente anular no campo escolar a vivência da experiência do pensamento e apenas associar o problema de aprendizagem a quantidade de informação e, principalmente, a necessidade da disciplina que instaura elementos que silenciam a todos que se pauta no bom comportamento. Essas condições de funcionamento que se pode se instalar na unidade de ensino nas formas de disciplinamento não condiz com a premissa básica para a formação do intelectual naquele que se opõe à certeza que se instaura como verdade absoluta.

As proposições de conteúdos autênticos com a realidade vivenciada seria a questão central para construir outras formas de disciplina dos alunos perante a cultura escolar. Esse seria o paradoxo a ser enfrentado no campo educacional em tornar pertinente a transmissão dos conteúdos clássicos que podem instrumentalizar a compreensão perante os determinantes da realidade. Esse processo formativo se

centra na experiência de vida e no diálogo entre os sujeitos, mas que também exige um modo de disciplina para se inserir no campo da cultura escolar.

Fazer com que o sujeito se implique com o saber seria a construção de outra forma de disciplina, e isso seria a questão primordial em termos de qualidade na educação. O sujeito que apreende precisa se inserir numa disciplina da concentração para aprender, a qual pode denominar como sendo uma disciplina intelectual e não a disciplina da obediência cega que o embrutece, no sentido de compreender os diversos determinantes da realidade. Para se ampliar a disciplina intelectual, o sujeito precisa também se constituir na criatividade e, portanto, certa rebeldia no modo de relacionar-se com o saber.

Quando necessário esses elementos ambivalentes de disciplinar-se para concentrar e romper com a ordem para criar é plenamente aceito pelo viés econômico, mas, muitas vezes, recusado pelo viés simbólico, quando isso redesenha os determinantes no campo das hierarquias estabelecidas entre aquele que manda e outro que obedece, que se pauta na competência técnica (CHAUÍ, 2016).

Nesse ponto, acerca da competência técnica, é importante compreender que ela pode ser interpretada como eixo estruturante na formação do profissional, do sujeito na transmissão do conhecimento científico, pois ela estabelece a condição de que

[...] não é qualquer um que pode em qualquer lugar e em qualquer ocasião dizer qualquer coisa a qualquer outro. O discurso competente

determina de antemão quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como predetermina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e, finalmente, define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido. [...] Em uma palavra, a ideologia da competência institui a divisão social entre os competentes, que sabem, e os incompetentes, que obedecem (CHAUÍ, 2016, p. 187).

Neste caso, torna-se necessário compreender o processo escolar como forma de disciplinamento e distinguir, de um lado, a palavra pautada na autoridade daquele que, ao anunciar o conceito no campo da ciência, permite o sujeito pensar criticamente; e, de outro lado, a palavra pautada na competência técnica, que subordina o outro como objeto.

No sentido de compreender este processo formativo para além da forma de disciplinamento, indicamos uma direta discussão com a análise da tese de Adorno (1995), que se refere à atuação do “sujeito severo” no campo educacional, no sentido de estabelecer uma condição formativa do sujeito, que venha a atender às determinações da ciência e das tecnologias para além da compreensão comum de que se instrumentaliza o sujeito para o mercado de trabalho.

A presença do sujeito severo no processo de transmissão do saber científico estabelece o paradoxo, pois seria aquele que instaura a certeza absoluta e inibe a dúvida perante a ciência e tecnologias e, portanto, destitui a curiosidade e a criatividade, que seriam fatores constituintes do sujeito na posição de intelectual. Assim sendo, a afirmação

de que “Quem é severo consigo mesmo adquire o direito de ser severo também com os outros, vingando-se da dor cujas manifestações precisou-se ocultar e reprimir” (ADORNO, 1995, p. 128) é algo que é interessante para que se verifiquem alguns detalhes na transmissão do saber científico em áreas em que a ciência e as tecnologias tornam-se eixos estruturantes na formação do sujeito no campo escolar.

A nossa conclusão desse tema sobre o enfrentamento na instauração do modelo de gestão dos colégios militares e as formas de disciplinamentos dos sujeitos encontra-se sem fundamento didático ou técnico pedagógico no sentido de aprofundar a questão da qualidade na educação para a implementação no

campo da educação pública perante a transmissão da cultura escolar.

Entretanto, compreende-se que a disciplina intelectual pode funcionar para além das formas de disciplinamento dos sujeitos no campo escolar e, portanto, deveria ser uma discussão com a comunidade escolar no sentido de encontrar caminhos para aprender com liberdade de pensamento e isso poderia se expressar como paradigma de ensino escolar para o enfrentamento do problema da disciplina na instituição de ensino e a transmissão do saber.

A questão da disciplina no campo escolar também deveria se passar pelo reconhecimento da dificuldade em tornar o espaço escolar como lugar comum



a todos, principalmente, pela questão do conceito como elemento pertencente a cultura escolar e coletividade em geral que ali se encontram presentes para dialogar sobre a realidade social na qual o sujeito se encontra inserido.

Quando os sujeitos se encontram na instituição de ensino e implicados com o conceito no campo da cultura escolar o processo formativo ocorre como uma relação de diálogo em que se tolera a diferença ou a discordância num processo de escuta. Nesta dinâmica que se constrói a forma de disciplinamento que poderia direcionar o funcionamento da unidade escolar para a emancipação do sujeito.

Quando o problema da disciplina assume o eixo de discussão sobre o problema de aprendizagem trata-se também de colocar em questão o modelo hegemônico de instituição escolar que se apresenta na atualidade como espaço de informação instrumental, primordialmente, para a obediência cega que embrutece o sujeito.

Parte-se do pressuposto de que informação ou obediência cega é algo diferente de educação escolar, ou seja, educar é apropriar-se do assunto que é ensinado e reelaborar através do trabalho do pensamento crítico. Assim, o ensino que ocorre na unidade escolar possui uma característica diferente como atividade intelectual que poderia apresentar a possibilidade de interpretação do conceito na discussão dos elementos contraditórios.

Uma unidade escolar que reduz o ensino à informação instrumental ou à obediência cega promove uma grande perda no processo formativo do sujeito,

basicamente, em dois pontos: 1. Formação precária dos sujeitos no campo da cultura escolar e 2. Falta de impertinência ou implicância dos sujeitos perante o conceito.

Para se resolver isso em termos de qualidade na educação, dever-se-ia deslocar o foco da questão da disciplina dos sujeitos para a questão do conceito, o qual passa ser o ponto central para a melhoria da qualidade da educação. Isso seria algo que se encontraria para além da discussão referente à disciplina moral do sujeito no campo escolar.

O problema em relação à questão da aprendizagem é que a mesma pode estar relacionada à questão da falta de disciplina intelectual perante o estudo e isso é completamente distinto da disciplina moral que compõe numa obediência cega do sujeito perante a questão do conceito. Todavia, essa autonomia intelectual do sujeito não se conquista de modo espontâneo e requer uma dedicação, que, em termos de representação, torna-se difícil de distinguir a separação entre a emancipação e embrutecimento.

Compreende-se que a grande dificuldade no campo escolar, no sentido de melhorar a qualidade da educação, seja a efetiva implicância do sujeito com a questão do conceito na presença de que este seja visto como intelectual. Isso se representa numa determinada disciplina que se estabelece na dinâmica dos sujeitos no encontro em sala de aula, que se apresentam comprometidos com as diversas formas possíveis de autenticidades das palavras proferidas no sentido de representar outras formas discursivas perante o real.

Isso permite pensar a todo o momento que sempre irá ocorrer uma falta pertinente referente à transmissão do conceito em termos de melhor qualidade na educação e, principalmente, as formas de disciplinamentos. Desse modo, a melhoria na qualidade na educação seria algo para além da proposição da disciplina moral do sujeito e muito mais algo que venha no sentido de ampliar-se a aplicação de verbas em salário e infra-estrutura. Pensar a qualidade na educação diante do exposto pressupõe-se que seria necessário aplicar recursos na educação básica em investimento proporcional às necessidades do funcionamento da educação pública, seja a mesma civil ou militar. ■

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Educação e Emancipação**. Trad. Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. Nenhum estado atinge a meta do Ideb 2017 no ensino médio. In: **Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/211-noticias/218175739/68371-nenhum-estado-atinge-a-meta-do-ideb-2017-no-ensino-medio-indice-avancou-apenas-0-1?Itemid=164> Acessado em: 22 ago. 2019a.

BRASIL. Segundo e quarto anos têm pior alfabetização e mais defasagem: In: **MEC**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34619> Acessado em: 27 ago. 2019b.

BRASIL. **PISA** (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes). Disponível em: http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa_2015_brazil_prt.pdf Acessado em 29 ago 2019c.

BRASIL. Governo federal lança programa para a implantação de escolas cívico-militares. In: **MEC/Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/211-noticias/218175739/79931-governo-federal->

[lanca-programa-para-a-implantacao-de-escolas-civico-militares](#)> Acessado em 28 fev. 2020.

CAFARDO, Renata. Estudante de colégio militar custa três vezes mais que o da rede pública. In: **Uol eleições 2018**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/08/26/estudante-de-colegio-militar-custa-tres-vezes-mais-que-o-de-escola-publica.htm?cmpid=copiaecola> Acessado em: 19 ago 2019.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

DESCARTES, René. **As paixões da alma**. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. Trad. Suely Belinha Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1981.

INEP. **Resumo Técnico: censo da Educação Básica 2018**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6386080 Acessado em 18 ago 2019a.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. **Infância e Ilusão (Psico) Pedagógicas: escritos de psicanálise e educação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARQUES, Luciano. Saiba como será o funcionamento das escolas cívico-militares. **Ministério da Educação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=78091>. Acessado em: 12 jul 2019.

RÔMANY. Ítalo. **Bolsonaro quer um colégio militar em cada capital até 2020**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/confere/ultimas-noticias/eder-content/2018/09/20/eleicoes-bolsonaro-promessa-educacao-colegio-militar-cada-capital-2020.htm?cmpid=copiaecola> Acessado em 05 de julho de 2019.

SEM AUTOR. Inova Educação: transformação hoje e inspiração amanhã. **Governo do Estado de São Paulo** (Secretaria de Educação). Disponível em: <http://inovaeducacao.escoladeformacao.sp.gov.br/> Acessado em: 05 ago 2019.

*Agradeço o apoio da
Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)*